



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XVIII PALMAS, TERÇA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2007

Nº 1566



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Carlos Henrique Gaguim

1º Vice-presidente: Dep. Fabion Gomes

2º Vice-presidente: Dep. Luana Ribeiro

1º Secretário: Dep. Iderval Silva

2º Secretário: Dep. José Geraldo

3º Secretário: Dep. Manoel Queiroz

4º Secretário: Dep. Stalin Bucar

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia.

Reunião às terças-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Sandoval Cardoso (pres)**, César Halum (Vice) Eduardo do Dertins, Cacildo Vasconcelos, Amélio Cayres.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Fábio Martins, Valuar Barros, Eli Borges, Raimundo Palito, Fabion Gomes

Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público.

Reunião às terças-feiras, 14h30

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Eli Borges (pres)**, Sandoval Cardoso (vice), Fábio Martins, Marcello Lelis, Luana Ribeiro.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Júnior Coimbra, Paulo Roberto, Valuar Barros, Raimundo Palito, Raimundo Moreira.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Reunião às terças-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Amélio Cayres (pres)**, César Halum (vice), Manoel Queiroz, Eli Borges, Stalin Bucar.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Josi Nunes, Angelo Agnolin, Solange Duailibe, Marcello Lelis, Fabion Gomes.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Reunião às quartas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Angelo Agnolin (pres)**, Fábio Martins (vice), Josi Nunes, Raimundo Moreira, Raimundo Palito.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Paulo Roberto, Júnior Coimbra, Solange Duailibe, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana.

Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Reunião às quartas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): **Josi Nunes (pres)**, Raimundo Palito (vice), Eduardo do Dertins, Júnior Coimbra, Fabion Gomes.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Sandoval Cardoso, César Halum, Manoel Queiroz, Stalin Bucar, Luana Ribeiro.

Comissão de Saúde e Meio Ambiente

Reunião às quintas-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Júnior Coimbra (pres)**, Dr. Zé Viana (vice), Solange Duailibe, Valuar Barros, Marcello Lelis.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Eli Borges, César Halum, Angelo Agnolin, Stalin Bucar, Raimundo Palito.

Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

Reunião às quintas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **César Halum (pres)**, Eli Borges (vice), Solange Duailibe, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Manoel Queiroz, Paulo Roberto, Josi Nunes, Raimundo Moreira, Amélio Cayres.

Comissão de Segurança Pública

Reunião às quintas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Stalin Bucar (pres)**, Valuar Barros (vice), Paulo Roberto, Manoel Queiroz, Fabion Gomes.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Fábio Martins, Júnior Coimbra, Eduardo do Dertins, Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos.

Comissão de Acompanhamento e Estudos de Políticas Públicas para a Juventude

Reunião às quintas-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Marcello Lelis (pres)**, Júnior Coimbra (vice), Fábio Martins, Eduardo do Dertins, Stalin Bucar.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Josi Nunes, Solange Duailibe, Sandoval Cardoso, Luana Ribeiro, Amélio Cayres.

Comissão dos Direitos da Mulher

Reunião às terças-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Solange Duailibe (pres)**, Josi Nunes (vice), Angelo Agnolin, Luana Ribeiro, Dr. Zé Viana.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Fábio Martins, Eduardo do Dertins, Valuar Barros, Raimundo Moreira, Marcello Lelis.

Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Responsável: Diretoria Legislativa

Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Documentação

Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI Nº 96/2007

Dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação, nos jornais com circulação no Estado do Tocantins, de anúncios com advertência sobre exploração sexual de crianças e adolescentes .

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º Fica assegurado a obrigatoriedade da publicação, nos jornais com circulação no Estado do Tocantins, de anúncios com advertência sobre exploração sexual de crianças e adolescentes.

Art. 2º Além do anúncio, com a seguinte advertência: “Exploração sexual de crianças e adolescentes é crime, denuncie”; o Poder Executivo instituirá um número para discagem direta e gratuita com fácil e livre acesso à população.

Art. 3º O Poder Executivo terá um prazo de 90(noventa) dias, após a publicação da presente Lei, para regulamentá-la e normatizar seu funcionamento, adequando-a às condições e peculiaridades existentes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 27 dias do mês setembro de 2007.

IDERVALSILVA

Dep. Estadual

JUSTIFICATIVA

O projeto de lei em tela tem como finalidade coibir um dos crimes com maior frequência e prática no país, em especial nos Estados do Norte e Nordeste, e foi com essa visão que apresentamos a presente matéria, pois entendemos que, este é um meio de usarmos a força dos jornais e informativos, com grande abrangência em território tocantinense para tão importante missão advertir e informar para tão temível crime que assola nossa juventude, principalmente crianças e adolescentes da classe menos favorecida, incluindo neste contexto as pequenas cidades localizadas ao longo de rodovias e periferias das grandes cidades.

Advertências deverão ser publicadas em todas as edições dos informativos, com destaque, em letras em negrito e usar espaço considerável para acesso às pessoas de todas as faixas etárias. O Poder Executivo instituirá linha telefônica (Modelo/0800), cujo número será utilizado no disque denúncia. Este número deverá ser divulgado juntamente com o anúncio de advertência e o denunciante terá sua identidade mantida em sigilo.

Acreditamos que uma ação nos moldes da que pretendemos com a instituição da presente Lei, iremos coibir, em parte crimes dessa estirpe e dando um sinal de alerta às autoridades que cuidam do setor. Com certeza estaremos contribuindo significativamente para alcançarmos tão almejado objetivo.

Pelas razões expostas, conto com o apoio dos nobres pares pela aprovação do presente projeto, que entendemos ser de grande valia para salvuardarmos nossas crianças deste nefasto crime.

Sala das Sessões, aos 27 dias do mês de setembro de 2007.

IDERVALSILVA

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 97/2007

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Regional de Pessoas Carentes do Bico do Papagaio.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Regional de Pessoas Carentes do Bico do Papagaio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 25 dias do mês de setembro de 2007.

MANOEL QUEIROZ

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A Associação Regional de Pessoas Carentes do Bico do Papagaio, inscrita no CNPJ 08.757.838/0001-36, com sede social na Av. Central, 987/A, centro, em Augustinópolis – TO, é uma entidade civil sem fins lucrativos, com autonomia financeira e administrativa, de caráter representativo reivindicatório, educativo e beneficente e abrange seus serviços com filiais em 18 municípios da região do Bico do Papagaio.

Tem por finalidade representar os moradores dos municípios de Esperantina, Buriti do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Carrasco Bonito, Araguatins, São Bento do Tocantins, Sampaio, Axixá do Tocantins, Praia Norte, Cachoeirinha, Sítio Novo, São Miguel do Tocantins, Itaguatins, Maurilândia, Luzinópolis, Tocantinópolis, Ananás e Angico visando promover o desenvolvimento comunitário; bem como contribuir para a promoção integral da pessoa humana, despertando a consciência dos direitos e deveres do cidadão em clima de harmonia e respeito; promover a assistência social, a segurança alimentar e nutricional bem como o desenvolvimento econômico social para o combate a pobreza dentre outros.

Ressalto que os requisitos previstos pela legislação estadual estão rigorosamente cumpridos conforme documentação em anexo.

Dessa forma, ante a relevância da matéria, espero contar com o apoio dos Nobres Deputados para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, aos 25 dias do mês de setembro de 2007.

MANOEL QUEIROZ

Deputado Estadual

REQUERIMENTO Nº 4.696/2007

Requer ao Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Tocantins, a inclusão do número de membros da Comissão Parlamentar de Inquérito objeto do Requerimento 4668/2007.

Os Deputados que o presente subscreve, vem a presença de Vossa Excelência, nos termos regimentais, REQUERER ao Presidente da Assembléia Legislativa, que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), objeto do requerimento 4668/2007 solicitar a Vossa Excelência que inclua no requerimento o seguinte parágrafo:

“A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) deverá ser composta regimentalmente por cinco membros e cinco suplentes”.

JUSTIFICATIVA

Conforme determinação judicial foi determinada a instalação imediata da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar as irregularidades detectadas na aplicação de recursos do Fundo Estadual de Saúde.

O regimento interno em seu artigo 49 inciso II determina “o número de membros, não superior a sete nem inferior a três”. O artigo 44 determina que as Comissões Técnicas Permanentes serão compostas por cinco membros, observada a proporcionalidade partidária.

Desta forma, e por ter esta casa 5 blocos parlamentares, informamos que este deve ser o número de membros.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa, aos 7 dias do mês de agosto de 2007.

Dep. **SATALIN BUCAR**

Dep. **RAIMUNDO MOREIRA**

Dep. **RAIMUNDO PALITO**

Dep. **CACILDO VASCONCELOS**

Dep. **AMÉLIO CAYRES**

Dep. **LUANA RIBEIRO**

Dep. **JOSÉ GERALDO**

Dep. **MARCELLO LÉLIS**

Ofício s/nº/2007

Palmas, 25 de setembro de 2007.

Exmo Senhor

CARLOS HENRIQUE GAGUIM

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins

ASSUNTO: Indicação de Membros da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

Senhor Presidente,

Em cumprimento a decisão judicial que determina a instauração imediata da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, objeto do Requerimento nº 4.668, venho comunicar a Vossa Excelência que indico os seguintes membros:

Titular – Deputado Marcello Lelis

Suplente – Deputado Amélio Cayres

Diante do exposto acima, solicitamos a Vossa Excelência providências urgentes, no sentido de que se faça cumprir a determinação judicial.

Certos de contar com vosso costumeiro apoio, antecipamos agradecimentos.

Atenciosamente,

AMÉLIO CAYRES

Líder do Bloco PR/PSC/PV

Ofício s/nº/2007

Palmas, 25 de setembro de 2007.

Exmo Senhor

CARLOS HENRIQUE GAGUIM

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins

ASSUNTO: Indicação de Membros da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

Senhor Presidente,

Em cumprimento a decisão judicial que determina a instauração imediata da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, objeto do Requerimento nº 4.668, venho comunicar a Vossa Excelência que indico os seguintes membros:

Titular – Deputado Raimundo Moreira

Suplente – Deputado Stalin Bucar

Diante do exposto acima, solicitamos a Vossa Excelência providências urgentes, no sentido de que se faça cumprir a determinação judicial.

Certos de contar com vosso costumeiro apoio, antecipamos agradecimentos.

Atenciosamente,

RAYMUNDO PALITO

Líder do Bloco PSDB/PP/PTB

Ofício s/nº/2007

Palmas, 26 de setembro de 2007.

Exmo Senhor

CARLOS HENRIQUE GAGUIM

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins

Senhor Presidente,

Após entendimento verbal com os Líderes, comunico o meu desligamento do Bloco PR/PSC/PV e informo que a partir desta data estarei no Bloco Parlamentar PPS/PDT/PT.

Respeitosamente,

Dr. ZÉ VIANA

Deputado Estadual

REQUERIMENTO Nº 4682/2007

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI, com a finalidade de investigar a situação contábil, financeira, orçamentária e operacional principalmente quanto ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e os desmandos cometidos contra as autoridades governamentais pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE.

Os Deputados que o presente subscreve, observando dispositivos legais, art. 53 e seguintes do Regimento Interno; art. 18, § 3º da Constituição Estadual; art. 58, § 3º da Constituição Federal, após apreciação e deliberação do Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, requer de Vossa Excelência a

instituição de COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI.

A CPI do TCE tem a finalidade de investigar o descumprimento da Lei Complementar nº 101, publicada em 5 de maio de 2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal), por não obedecer ao limite de despesa com pessoal, extrapolando, e ignorando dispositivo legal, além dos excessos cometidos em suas Instruções Normativas, Resoluções e Acórdãos como se valessem e tivessem poder de Lei Ordinária, e ainda o julgamento com aplicações de sanções de maneira descomedida sem a justificativa jurídica e plausível, ou seja, investigar todos os desmandos cometidos por este órgão.

A CPI deverá ser constituída por cinco membros, com igual número de titulares e suplentes, respeitando o princípio da proporcionalidade partidária, com prazo certo de 120 dias, prorrogável se necessário por mais metade do período e com todas as prerrogativas da Lei Federal nº 1.579, de 18 de março de 1952, que “Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito”.

JUSTIFICATIVA

O pedido de CPI se faz dentro de todos os requisitos legais e regimentais, pois se caracteriza pelos fatos determinados, consistentes quanto ao acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, que passam a serem relatados.

A necessidade de criação de uma CPI para investigar o Tribunal de contas foi impulsionada pelo fato que ele deixou de exercer uma de suas funções, em detrimento de interesse próprio.

Sendo que o exercício do TCE não esteve em consonância com os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a de órgão fiscalizador, como pode ser observado nos fatos devidamente documentados, acostados ao requerimento como prova cabal.

O limite máximo para despesa com pessoal do TCE/TO, aplicando a regra estabelecida é a média dos três últimos exercícios financeiros anteriores a Lei de Responsabilidade Fiscal, que após estudos solicitados pelo próprio Tribunal através da Portaria nº 227/2007, de 7 de março de 2007, que criou uma comissão para analisar e solucionar as prescrições da citada lei e seus reflexos na administração desta unidade jurisdicional.

O resultado apresentado pela referida comissão, que além do desrespeito ao limite legal e prudencial, apresenta outras irregularidades que não retrata a função do referido órgão quanto ao zelo pela correta aplicação do dinheiro público.

Foi apresentado no relatório que o quadro de pessoal da Magistratura e Ministério Público do TCE/TO cuja representação totaliza 31 ativos, 11 aposentados e 4 pensionistas corresponde a 49,91% da despesa com pessoal; desproporcional ao número total de 492 de servidores em cargos providos.

Continua com os apontamentos em que sugere que este Poder na repartição das despesas não reconduziu para o limite de 3% de forma proporcional, causando prejuízo apenas ao TEC/TO, assim, insinuando que o Legislativo teve a intenção de lesar e pior ainda, que agora estaria fora do limite prudencial, tudo isso sem prova cabal.

Ainda com o intuito de se abster da responsabilidade essa Corte de Contas decide transferir todo o pagamento de benefícios previdenciários ao Poder Executivo, burlando a legislação

pertinente, para se eximir com a alegação de estar sobrecarregado com gastos de pessoal, como senão fosse ele o único causador do desequilíbrio em suas contas.

Tomando decisões de maneira arbitrária, pois o Pleno do TCE decidiu que o IGEPREV – Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, deve assumir a responsabilidade pelo pagamento das aposentadorias dos ex-servidores e dos pensionistas de todos os poderes do Estado e dos órgãos autônomos, como o Ministério Público e principalmente o TCE, como se essa decisão tivesse valor de sentença ou de acórdão, com força de imposição.

Vale salientar, que dentro dos desmandos cometidos, não pode esquecer de investigar a malversação de dinheiro público, quanto aos excessos cometidos pelas Presidências daquela corte.

Excessos também cometidos em suas Instruções Normativas, Resoluções e Acórdãos como se valessem e tivessem poder de Lei Ordinária, e ainda o julgamento com aplicações de sanções injustas, por motivação política e interesse próprio do Tribunal de Contas de maneira desconhecida sem a justificativa jurídica e plausível, sendo a única intenção de paralisar o Estado.

A apuração de denúncias quanto a perseguição aos detentores de mandato eletivo tanto no executivo (prefeitos) como no legislativo (presidentes de câmaras), com aplicações de multas indevidas, seladas por interesses econômicos e individuais.

Mas agora com a perpetuação de um Estado Democrático, não serão mais aceitos esses desmandos para beneficiar poucos já que vieram a tona tais despautérios.

O Papel da CPI é a defesa dos interesses e direitos da sociedade, que usa de todos os meios lícitos para ouvir testemunhas, requisitar documentos, solicitar providências junto a diversos entes públicos, e demais atos necessários, visando ao aprimoramento das instituições democráticas e do ordenamento jurídico, cumprindo o seu papel constitucional.

Essa é a realidade dos fatos ora expostos, e assim estas são as nossas razões e objetivo para a apuração que cabe a esta Casa de Leis, de investigar e tomar as medidas necessárias.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 26 dias do mês de setembro de 2007.

Dep. CÉSAR HALUM

Dep. EDUARDO DO DERTINS

Dep. FABION GOMES

Dep. IDERVAL SILVA

Dep. Dr. JOSÉ VIANA

Dep. MANOEL QUEIROZ

Dep. SOLANGE DUALIBE

Dep. ANGELO AGNOLIN

Dep. ELI BORGES

Dep. FÁBIO MARTINS

Dep. JOSI NUNES

Dep. JÚNIOR COIMBRA

Dep. SANDOVAL CARDOSO

Dep. VALUAR BARROS

Atas das Sessões Plenárias

6ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em, 20 de setembro de 2007

Ata da Centésima Oitava Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte de setembro de dois mil e sete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados Stalin Bucar, Primeiro-

Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Cacildo Vasconcelos, César Halum, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Fabion Gomes, Dr. Zé Viana e Sandoval Cardoso. Após a leitura do Texto Bíblico, lida e aprovada a Ata da Sessão anterior foram lidos e despachados os expedientes: ofícios oriundos da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, em resposta aos Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Fabion Gomes, Josi Nunes e Manoel Queiroz; ofício número 926/2007, oriundo da empresa de telefonia móvel Claro, em resposta ao Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins; telegramas oriundos do Senado Federal, em resposta aos Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados César Halum, Angelo Agnolin e outros. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 93, 94 e 95/2007, de autoria dos Senhores Deputados César Halum, José Geraldo e Marcello Lelis, respectivamente; e os Requerimentos que receberam os números: 4.663 a 4.673. No horário destinado às Comunicações usaram a tribuna os Senhores Deputados: Stalin Bucar e Paulo Roberto. Durante as Comunicações assumiu a Presidência a Senhora Deputada Luana Ribeiro e a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Iderval Silva. Após as Comunicações a Senhora Presidente solicitou que fizesse a Verificação de Quórum. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Dr. Zé Viana, Fabion Gomes, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Stalin Bucar e Valuar Barros. Na deliberação da Ordem do Dia, por falta de quórum, a Senhora Presidente a transferiu para a Sessão subsequente. Nas Discussões Parlamentares os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e dezesseis minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

6ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa**em, 25 de setembro de 2007****Ata da Centésima Nona Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e sete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Deixou de comparecer o Senhor Deputado Paulo Roberto. Após

a leitura do Texto Bíblico, lida e aprovada a Ata da Sessão anterior foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Lei número 93/2007, de autoria do Senhor Deputado César Halum, que “Dispõe, define e disciplina a atividade de piscicultura no Estado do Tocantins e dá outras providências”; Projeto de Lei número 94/2007, de autoria do Senhor Deputado José Geraldo, que “Estabelece obrigatoriedade de sinalização em braile nos elevadores de edifícios do Estado, e nos semáforos com botoeiras para pedestres na forma que especifica; Projeto de Lei número 95/2007, de autoria do Senhor Deputado Marcello Lelis, que “Obriga os estabelecimentos comerciais no Estado do Tocantins a utilizar para o acondicionamento de produtos embalagens plásticas oxi-biodegradáveis – OBP’S”; ofícios oriundos da Chefia de Gabinete do Senhor Governador, em resposta aos Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados: César Halum, José Geraldo, Manoel Queiroz e Paulo Roberto; ofício número 533/2007, oriundo do Gabinete do Senhor Governador, comunicando a indicação dos Senhores Deputados Fábio Martins e César Halum, para desempenharem, respectivamente, as funções de Primeiro e Segundo Vice-Líderes do Governo; ofício número 1.795/2007, oriundo da Secretaria de Estado da Habitação e Desenvolvimento Urbano, informando a celebração de convênio com a Prefeitura de Formoso do Araguaia para o programa Morar Melhor; ofício número 6.043/2007, oriundo da Secretaria de Estado da Saúde, informando a celebração de convênio com a Prefeitura de Porto Alegre do Tocantins, para descentralização das ações e serviços de saúde; e comunicados números 576 a 578/2007, oriundos do Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para atender aos programas PNAE, PNAC – PNAE CRECHE, PNAI – PNAE INDÍGENA, desenvolvidos no Estado. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 96 e 97/2007, de autoria dos Senhores Deputados: Iderval Silva e Manoel Queiroz, respectivamente, e os Requerimentos que receberam os números: 4.674 a 4.681. No horário destinado às Comunicações os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Logo após, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, pelo prazo de até trinta minutos, para Reunião de Bancada, reabrindo-a às onze horas e vinte e quatro minutos. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 4.418, 4.577, 4.578, 4.579, 4.580, 4.587 e 4.572 a 4.574, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente retirou da pauta da Ordem do Dia o Requerimento número 4.668, em atendimento à Liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado, proveniente do Mandado de Segurança número 3659/2007, impetrado pela Bancada de Oposição desta Casa de Leis. Após a deliberação da Ordem do Dia assumiu a Presidência o Senhor Deputado Fabion Gomes e a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Manoel Queiroz. Nas Discussões Parlamentares usaram a tribuna os Senhores Deputados: Raimundo Moreira, Júnior Coimbra e Stalin Bucar. Durante as Discussões Parlamentares o Senhor Deputado prorrogou, "de ofício", a Sessão pelo prazo de até uma hora. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e quarenta e um minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

ATADA 80ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**6ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa****em, 19 de setembro de 2007****Ata da Octogésima Sessão Extraordinária**

Às dezoito horas e cinco minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e sete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Após a leitura do Texto Bíblico foram lidas e aprovadas as Atas das Sessões anteriores. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 46/2007, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera as Leis 1.609, de 23 de setembro de 2005, e 1.777, de 13 de abril de 2007, que dispõem sobre o Plano de Carreira, Cargo e Subsídios – PCCS do Auditor Fiscal da Receita Estadual – AFRE, da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 560/2007, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 48/2007, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei 1.787, de 15 de maio de 2007, que dispõe sobre a Segurança contra Incêndio e Pânico em Edificações e Áreas de Risco no Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 571/2007, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e dezoito minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário**Presidente****2º Secretário****Atas das Comissões****COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO****6ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa****Ata da Terceira Reunião Extraordinária**

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e sete, reuniu-se extraordinariamente, a Comissão de Educação, Cultura e Desporto no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Raimundo Palito, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Eduardo do Dertins, Luana Ribeiro, Sandoval Cardoso e Manoel Queiroz. Estava ausente o senhor Deputado Fabion

Gomes. A senhora Presidente, Deputada Josi Nunes, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que lidas e aprovadas foram subscritas pelos senhores membros presentes. Em seguida, não havendo Expediente a ser lido passou-se à Distribuição de Matérias. O senhor Deputado Junior Coimbra foi nomeado relator do Processo número 515/07. Não havendo Devolução de Matérias nem Ordem do Dia a ser deliberada, a senhora Presidente, encerrou a Reunião convocando outra para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada e publicada.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**6ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa****Ata da Quarta Reunião Extraordinária**

Às onze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e sete, reuniu-se extraordinariamente, a Comissão de Educação, Cultura e Desporto no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Raimundo Palito, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Eduardo do Dertins, Sandoval Cardoso e Manoel Queiroz. Estava ausente o senhor Deputado Fabion Gomes. A senhora Presidente, Deputada Josi Nunes, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior, que após anuência dos senhores membros presentes foi transferida para a Reunião subsequente. Em seguida, não havendo Expediente a ser lido e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. O senhor Deputado Junior Coimbra devolveu o Processo número 515/2007. Na deliberação da Ordem do Dia foi lido e aprovado o Parecer do Processo acima mencionado e encaminhado ao Plenário. Em seguida, a senhora Presidente, encerrou a Reunião convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada e publicada.

**REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS,
TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E
ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO
CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.**

6ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa**Ata da Trigésima Terceira Reunião Conjunta**

Às dezessete horas e cinco minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e sete, reuniram-se conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, César Halum, Solange Duailibe, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Fábio Martins, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Sandoval Cardoso e Valuar Barros. Deixaram de comparecer os senhores Deputados: Eli Borges, Angelo Agnolin, Marcello Lelis e Luana Ribeiro. O senhor Presidente, Deputado Fábio Martins, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, lida e aprovada, foi subscrita pelos senhores membros presentes. Não havendo Expediente a ser lido, passou-se a Distribuição de Matéria e a Senhora Deputada Josi Nunes foi nomeada relatora do Processo número 588/2007. Não havendo Devolução de

Matérias e Ordem do Dia a ser deliberada, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora

regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada e publicada.

DEPUTADOS DA 6ª LEGISLATURA

Amélio Cayres - PR
Angelo Agnolin - DEM
Cacildo Vasconcelos - PP
Carlos Henrique Gaguim - PMDB
César Halum - DEM
Dr. Zé Viana - PSC
Eduardo do Dertins - PPS
Eli Borges - PMDB
Fábio Martins - PDT
Fabion Gomes - PR
Iderval Silva - PMDB
José Geraldo - PTB

Josi Nunes - PMDB
Júnior Coimbra - PMDB
Luana Ribeiro - PR
Manoel Queiroz - PT
Marcello Lelis - PV
Paulo Roberto - DEM
Raimundo Moreira - PSDB
Raimundo Palito - PP
Sandoval Cardoso - PMDB
Solange Duailibe - PT
Stalin Bucar - PSDB
Valuar Barros - DEM

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Júnior Coimbra
1º Vice-Líder: Deputado Fábio Martins
2º Vice-Líder: Deputado César Halum

BLOCO - PSDB/PP/PTB

Líder: Deputado Raimundo Palito
Vice-Líder: Deputado Cacildo Vasconcelos

BLOCO - DEM

Líder: Deputado Angelo Agnolin
Vice-Líder: Deputado Valuar Barros

BLOCO - PR/PSC/PV

Líder: Deputado Amélio Cayres
1º Vice-Líder: Deputado Marcello Lelis

BLOCO - PPS/PDT/PT

Líder: Deputado Eduardo do Dertins
Vice-Líder: Deputado Fábio Martins

BLOCO - PMDB

Líder: Deputado Eli Borges
Vice-Líder: Deputada Josi Nunes